



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 21/2019

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

#### **CARGO: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Normas constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);
2. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990);
3. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994);
4. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999);
5. Crimes contra a fé pública e crimes contra a Administração Pública no Código Penal (Decreto-Lei nº. 2.848/1940);
6. Regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo – FUNPRESP;
7. Lei de Acesso a Informações;
8. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
9. Improbidade Administrativa na Lei nº 8.429/1992 e suas penas;
10. Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo; e
11. Regimento Geral da Universidade Federal do Espírito Santo.
12. Redação Oficial
  - 12.1. Aspectos gerais: impessoalidade; linguagem dos atos e comunicações oficiais; formalidade e padronização; concisão e clareza; pronomes de tratamento.
  - 12.2. Redação de atos administrativos: ofício, correio eletrônico, portaria, resolução, ata.
  - 12.3. Elementos de ortografia e gramática.

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Artigos 37 a 41 Da Administração Pública. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.
2. BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm)>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 21/2019

3. BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Artigos 1 a 13. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm)>.
4. BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)>.
5. BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>.
6. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Artigos 312 a 337-Crimes contra a Administração Pública e contra a Fé Pública. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>.
7. BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm)>.
8. BRASIL. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm)>.
9. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>.
10. UFES. Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.daocs.ufes.br/estatuto-da-ufes>>.
11. UFES. Regimento Geral da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.daocs.ufes.br/regimento-geral-da-ufes>>.
12. BRASIL. Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm)>.
13. BRASIL. Manual de redação da Presidência da República. Presidência da República. Casa Civil. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília, 2018. Disponível em:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Edital 21/2019

<<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>.

14. LIMA, A. Oliveira. Manual de Redação Oficial: teoria, modelos e exercícios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.